



A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA EM MEIO AO CAOS: CONTRADIÇÕES DA EDUCAÇÃO REMOTA NA EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

Lucas Leon Vieira de Serpa Brandão¹

RESUMO

Com o avanço da pandemia no Brasil, um verdadeiro caos estrutural se instala nas instituições. Sem diretrizes formais ou conceituais, os interesses do capital econômico, baseado no liberalismo, invocam uma despersonalização da educação prenunciando desmontes e precarizações que subalternizam e aumentam as desigualdades sociais. O discurso de ensino remoto ganha força a medida que as escolas são forçadas a se manter fechadas, e a evasão escolar, principalmente nas séries iniciais aumenta gradativamente. Por trás disto, empresas de inovação tecnológica oferecem, cada dia mais, instrumentos que transformam a educação num produto a ser consumido assim o capital cultural vincula-se ao capital econômico. O que deveria acompanhar o *boom* tecnológico, com garantia de acesso e formação a todos, se torna restrito e classista. A partir de Bourdieu, procura-se compreender os entraves e obstáculos por trás da educação remota, e como ela inviabiliza, neste momento a inclusão social, a partir da observação sistêmica. Assim, foi esclarecido que o ensino remoto é amplamente excludente, necessitando um debate mais profundo sobre a utilização de TIC na educação, sendo dificilmente acessado e comprometendo o processo de ensino-aprendizagem. Além disso, se desvincula da educação para humanização, tornando-se a transformação fatídica de capital social em capital econômico por interesses de grupos.

Palavras-chave: Sociologia da Educação, Tecnologia da Informação e Comunicação, Inclusão Social, Educação Remota, Educação Pública.

INTRODUÇÃO

Com advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na educação, o processo de ensino passa a ser centrado nesses novos meios de comunicação, quase que de modo imperativo, idealizado como uma metodologia ativa e atrativa. A princípio, acredita-se que isso abriria portas para uma verdadeira forma do educar, facilitando o processo de ensino-aprendizagem, cooperando para o trabalho docente, melhorando os desempenhos e democratizando a educação de forma universalizada. Não se considerava que a demanda de certa experiência, isto é, demanda prática, material e social fossem necessidades primordiais e não subjacentes a efetivação das TIC's. Além disso, não se constatou, como política pública,

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade de Pernambuco – lucas.serpa@upe.br



que primordialmente – para não dizer obviamente – o acesso aos instrumentos que permitissem a inclusão digital fosse amplamente efetivado, anteriormente a busca pela sua disseminação.

Dessa forma, a desigualdade social retoma o centro do debate e acende um alerta importante. Anuncia a precarização da vida futura, o desfavorecimento contínuo da humanização, manifesta as desvantagens das condições sociais, traduzindo assim a escola como estrutura infra social, ou seja, não está fora da sociedade, mas inserida e reprodutora por completo desta. Em outras palavras, reproduz em igual ou em maior proporção as desigualdades oriundas do seio social ao qual os sujeitos estão inseridos, apesar dos esforços contínuos para a visualização desta instituição como encaminhadora para uma efetiva mudança social.

A reafirmação da tese de Bourdieu em *A Miséria do Mundo* (1997) em suas críticas a visão distorcida da escola como instância democratizadora, volta a emergir no momento da constatação plena das disparidades na oferta e no acesso à educação híbrida, ao acesso aos meios tecnológicos, aos espaços apropriados para aprendizagem, ao acompanhamento qualitativo de parentes, e dada à disponibilidade de profissionais, a e por alunos que são atendidos e acompanhados pedagogicamente de forma precária.

Os resultados dessa nova empreitada, e sua continua defesa, evidentemente, não serão sentidos neste momento de reorganização do caos deixado como legado pela pandemia, contudo, demonstram os artifícios para a propagação que uma educação liberal, pautada na ação do capital e despreocupada com o real sentido da educação. Capital esse, no sentido material e cultural, ou sua ausência, que abre maiores e mais profundos abismos de desigualdades, proporcionando uma verdadeira sectarização da sociedade. Para Serpa Brandão (2019) o aspecto desigual da educação pautada no capital, estabelece como benefício as classes dominantes a condução das palavras e do conhecimento, consagrando a legitimidade do conhecimento, praticando a educação, sua oferta e seu acesso como uma opressão sistemática.

O que se percebe nesse momento é a prevalência de interesses objetivos que traduz o fracasso recorrente da educação, como fato, a partir de Durkheim (2019), para acepção de humanização. Se a educação se torna interesse capital, não é de se estranhar que se valorize a restrição do seu consumo e acesso de forma qualitativa. A educação ganha caráter segregador, formando de forma precária e subalternizada as classes menos abastadas e já usurpada de direitos sociais e dignidade. A percepção da educação como mercadoria, reverbera na tentativa despreocupada em avanços e retrocessos nas falas a respeito de retomada da educação presencial, ou oferta de ensino remoto, que além de conciliar o ensino ao capital, atenta contra



a vida humana, é a despersonalização da educação como condicionante para humanização e fator de socialização.

Não estamos a dizer que o ensino remoto não é válido. O problema reside na relação estabelecida com essas TIC's fora do espaço escolar, sua efetivação no processo de ensino-aprendizagem, de humanização tendo como esquadro de nivelamento a classe social dominante, e partindo da análise desarraigada da realidade, quando na verdade deveria chamar a atenção para essas questões de forma efetiva. Utilizar a escola como ponto de partida para a desconstrução da desigualdade, em favor da real inclusão social, com reais possibilidades de avanço social e igualdade de oferta e aproveitamento, pode ser uma saída para o fim da nossa recessão democrática, e diminuição de desigualdades, principalmente neste momento.

Ou seja, falar no sentido da inclusão social e principalmente na democratização do ensino remoto, nesse aspecto, não é apenas, independentemente de sua origem, a oferta do acesso da educação em sua integralidade, mas a efetivação integral e qualitativa do acesso. Por outro lado, é constatável que essa destinação tem como usuário uma classe social particular, desde sempre favorecida no exercício escolar. Aos outros, desfavorecidos, historicamente prejudicados pela desigualdade em amplos aspectos, cabe um esforço constante de aquisição do capital cultural e material necessário para a conquista de paridade de condições. É assim que, ampliando o pensamento freiriano, a escola e a educação tornam-se aparelho de segregação social. Amplia-se a desigualdade que já estamos inseridos.

É importante destacar de forma concisa que o ensino remoto, na forma que está sendo oferecido, que não permite a todos paridade em acesso e condições, internaliza aos sujeitos a reprodução das desigualdades relegadas pelo sistema, naturaliza-se as condições que se vive e aceita-se uma humanização precária.

É neste mesmo sentido, que o sociólogo e professor aposentado da Sorbonne Université, Louis Porcher em entrevista para Sergio Guimarães no livro Educar com a Mídia: Novos Diálogos sobre Educação, em 2002, destaca

O fato é que, na escola atual, há uma diferença enorme — que todos os professores reconhecem — entre os alunos que têm a internet tanto na escola quanto em casa, e aqueles que só a têm na escola. Segundo: aquilo por que eu me bato — e não estou sozinho nisso — é que, se ficamos só na internet, continuamos em plena desigualdade, porque o capital cultural vai para o capital cultural.



Ou seja: entre duas pessoas que olham a mesma coisa na internet, aquela que tem o capital cultural mais rico e mais diversificado vai tirar muito mais proveito do que a outra. Ela vai inscrever aquilo numa paisagem, vai fazer a sua própria rede, as suas conexões próprias; vai procurar os seus próprios hipertextos, enquanto que a outra não o fará. Essa vai ficar parafusada na internet. Portanto, haverá internautas dependentes e internautas independentes. E, na minha opinião, serão os independentes que irão ocupar os postos de dominação e que irão fazer com que os dominados acreditem — como sempre fizeram os dominantes — que os seus próprios valores, os dos dominantes, são *os* valores. Ora, isso é falso, e Bourdieu⁴⁰ demonstrou bem que os dominantes têm os seus valores e se esforçam por fazer os dominados acreditarem que esses são *os* valores, em geral. A meu ver, vai ser o mesmo com a internet. Contrariamente ao que se poderia pensar, por enquanto, a internet vai começar por fazer aumentar as desigualdades. Esse é o primeiro ponto. (PORCHER in FREIRE & GUIMARÃES, 2013)

A forma como o ensino remoto, ou até mesmo o ensino a distância (EAD), está sendo posto é apenas protocolar, e não efetivo. É o exemplo da política pública desestruturada, apartada da realidade. A aceitação da ordem social estabelecida como uma ordem natural, onde os menos desfavorecidos devem permanecer em condições de desvantagem e descobertos de assistência material e intelectual, neste momento, se traduz em evidências as relações de poder. Se desnuda a sociedade de castas ao qual estamos inseridos.

Em meio ao caos na saúde pública, com um apagão democrático, sem diretrizes funcionais, seja em quaisquer áreas da administração pública, é imprescindível que tragamos a luz as teorias e descobertas que nos ajudem a passar por esse momento, fazendo urgir o sentido real da educação democrática: a promoção da humanização dos sujeitos a partir da compreensão do mundo e da realidade. Ao que se aplica a uma oferta de educação remota realmente democrática, Serpa Brandão (2020, *no prelo*) acrescenta

Embora a condição de referência para mudanças sociais não deva ser a ameaça da destruição ou as desigualdades sociais impostas entre os sujeitos, por outro lado, a medida de sua correção deve ser a atribuição da igualdade aos iguais e a medida da desigualdade aos desiguais para que todos possam usufruir de mesmas condições socioeconômicas e políticas para enfrentamento dos diferentes males sociais. O extravio do senso de



coletividade e justiça social, impõe aos que já são mais oprimidos fraturas ainda mais graves e penosas, sem qualquer senso de responsabilização social e repleto de alienação política, agravadas por um governo estruturalmente vazio e segregador. (SERPA BRANDÃO, 2020, *no prelo*)

Nesse mesmo sentido que o verdadeiro ensino remoto deve trilhar como produtor de inclusão social: atribuição de igualdades e a medida de desigualdade no acesso a esta forma de educação, com usufruto dos mesmo patamares e condições. Afinal, não se deve pensar, claramente, na educação de forma isolada. Esta não é uma estrutura, a salutar, independente. Pelo contrário, recebe interconexões de todos os sentidos, se constrói por fora de sua própria estrutura, afinal está integrada nos processos sociais, segue as regras e determinações da sociedade. A emergência de uma educação humanizadora, longínqua dos interesses da monetarização da educação reside em garantias de condições básicas.

É assim que este estudo sinaliza para a função de compreensão do momento político educacional, trazendo ao centro do debate, e evidenciando, como a educação remota, em disparidade de condições materiais e objetivas e pensada nas relações de classe, vem sendo ofertada no Brasil, em desserviço à inclusão social no momento de emergência da educação humanizadora em meio a um retrocesso democrático e sinalizador a prenúncio de desmontes históricos na educação pública. O estudo utiliza-se de uma revisão de literatura a partir dos métodos sociológicos de Pierre Bourdieu levando em consideração a sociologia da educação.

METODOLOGIA

O presente estudo tem como fio norteador a abordagem qualitativa, o que para Gatti (2003) não é dispensa de rigor. Embora esta se caracterize como qualitativa, de forma mais singela são associados dados quantitativos, e de forma extensa são adicionadas questões sociais mais amplas. No próprio campo sociológico, a observação é partícipe e etapa do método científico, assim como metodologia, sendo tipificada como observação sistemática. Aqui, nos atemos, assim, a própria estrutura e arquitetura do mundo social, analisando-a a partir da prática.

Contribui neste sentido Thiry-Cherques (2006) sinalizando uma metodologia que



procura se colocar para além dos modelos existentes e da rigidez de qualquer modelo explicativo da vida social. Entende (Bourdieu)² que não se pode compreender a ação social a partir do testemunho dos indivíduos, dos sentimentos, das explicações ou reações pessoais do sujeito. Que se deve procurar o que subjaz a esses fenômenos, a essas manifestações. (THIRY-CHEQUES, 2006, p. 30)

Acrescenta ainda que, partindo de Bourdieu, na sociologia da educação, deve-se fazer relações entre as condições de existência, consciências, práticas e ideologias como matrizes determinantes para os sujeitos, buscando nas interações entre esses e as instituições, uma estrutura historicizada imposta sobre pensamentos e ações. (TRIRY-CHEQUES, 2006)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crítica presente neste texto, baseada em teorias da sociologia da educação, e assim se manifestando como condizente com a realidade, não é apenas uma crítica risível e desligada do real. Manifesta-se no sentido de convergir com políticas públicas de inclusão social para comportar o acesso aos meios materiais e necessários para uma educação plena, com capacidade humanizadora, não reprodutivista, constatando que ao contrário do que deveria ter sido pensado, dado o espaço temporal (março de 2020 a setembro de 2020 – data de finalização deste artigo), nada se planejou de forma efetiva para a oferta ou a partir de uma diretriz educacional. Apenas se ganhou um movimento de prevalectimento de interesses subjetivamente intencionados. Não caducando em suas ideias, acrescenta Freire (2013)

Agora, por exemplo, se insiste muito, no Brasil, numa penetração da informática nas escolas. Deve haver alguma multinacional interessada em vender computadores. Tem que haver. (...) Eu insistiria, como já disse num dos momentos deste segundo volume nosso, que eu não sou contra a informática, não sou contra o uso dos computadores. Já disse que faço questão de ser um homem do meu tempo. O problema é saber a serviço de quem, e de quê, a informática entrará agora maciçamente na educação brasileira (...) O que é que há por trás desse manuseio? É uma experiência de classe, indiscutivelmente, que está aí.

² Inserção nossa.



O meu receio, inclusive, é que a introdução desses meios mais sofisticados no campo educacional, uma vez mais, vá trabalhar em favor dos que podem e contra os que menos podem. Por isso é que eu digo que a crítica a isso não é uma crítica técnica, mas política. E me parece, então, que aqueles educadores que não são elitistas, e que não têm também por que deixar o subsistema educacional só porque não concordam com o sistema social — pelo contrário, dentro do subsistema educacional, o que eles têm que fazer é aproveitar o espaço desse subsistema para criticar e trabalhar contra a preservação do sistema social... Acho que o papel desses educadores, entre os quais eu acho que me situo — e digo *eu acho* mais por uma questão até de fazer brincadeira, porque, na verdade, já se sabe que eu me situo mesmo —, é o de aproveitar esses espaços do subsistema para, usando o próprio instrumento avançado, chamar a atenção do educando com relação a essas questões. (GUIMARÃES & FREIRE, 2013, p. 102)

E sim, a educação remota se revela e trabalha a favor dos que “mais podem”. Esse quadro pode ser demonstrado também de modo quantitativo. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – PNAD Contínua TIC 2018 - descreve que embora a internet esteja disponível em 79,1% dos domicílios permanentes, apenas 44,1% destes possuem aparelho de computador e ou tablete para realização de atividades, ou seja, se realizada determinada atividade – considerando que em todos os domicílios possuam no mínimo uma pessoa em idade escolar - 55,9% dos alunos deverão utilizar outros meios como televisão ou aparelho celular. O fato demonstra ainda mais desigualdade, principalmente de renda, que reverbera em outros níveis de capital social e cultural: a renda média, a nível nacional para os que possuem internet em domicílios permanentes é de R\$ 1.769, contra R\$ 940, por domicílio. A diferença foi observada em todas as regiões do país, flutuando de R\$ 2.029, no Sudeste, onde há computador e tablete, contra R\$ 636, no Norte, onde não há disponibilidade de tais ferramentas. (PNAD TIC, IBGE, 2020)

Assim sendo, é preciso se desvestir da lógica nefasta do liberalismo que vem sendo aplicada na educação e principalmente na defesa e ampliação da educação remota. Nesse mesmo sentido, ecoa a ideia de Locke (1697), no *Memorando Sobre a Reforma da Lei dos Pobres*³, em que descreve que a educação para a classe trabalhadora tem sido um fardo para a

³ Tradução nossa. “*Memorandum on the reform of the poor law*”



população, e muito mais eficaz seria a criação de escolas profissionalizantes, onde todos os filhos desta classe deveriam ser obrigados a frequentar. Essa tese vem sendo sustentada de forma contínua, e se reestabelece neste momento como um ataque silencioso educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

O momento deve ser pensado e repensado com cautela suficiente, longe da formação distorcida da opinião pública e da opinião política que se entrelaça com interesses escusos, principalmente interesses econômicos. Para Chauí (2018) a educação sofre como alvo de remodelações que tem acentuado a dificuldade do acesso ao conhecimento, corrompendo com a estrutura da escola e da universidade, dando uma dimensão econômica a escolada. Concebe-se a educação como capital, investimento que deve dar lucro social encarregada de transmitir e reproduzir a ideologia dominante.

Acrescenta Nogueira e Nogueira (2017) que o desempenho escolar não depende tão somente “dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, etc) (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2017, p.13). É nesse aspecto que Bourdieu (1964) vai perceber esse espaço como reproduzidor e legitimador de desigualdades sociais. Freire (2013) converge no mesmo sentido ao traduzir que por muito tempo acreditou-se que, independente do meio social, todos os alunos tinham acesso em igual facilidade ao ensino e a escola. Que a democratização consistia apenas a ir à escola, sendo necessário vários trabalhos de sociólogos e linguistas para perceber que o acesso ao ensino – e não a escola – não era igualmente fácil, sendo que na realidade, tornava-se um verdadeiro aparelho de segregação social.

A realidade do ensino remoto transforma a teoria em prática, à medida que a educação se torna ainda mais excludente em consonância com as demais estruturas, convergindo para uma personalização e contribuindo para a agudização das desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento atual, a defesa severa da utilização do ensino remoto, versa muito mais sobre interesses financeiros, atrelados as empresas de tecnologias da educação e empresas de ensino a distância, do que com o compromisso efetivo com a educação socialmente referenciada propriamente dita. Se pegarmos como referência para o momento que passamos, em relação a Gripe Espanhola (1918-1920) que atingiu o país, iremos verificar uma maior prudência da instituição escolar. Assim como iremos verificar os mesmos “grupelhos” defendendo ideais que atentam contra a vida e a humanização.



Exemplo disso na educação, durante a Gripe Espanhola, é trazido de forma singela por Bertucci-Martins (2003) revelando que foi “indispensável encerrar instantaneamente as aulas das escolas oficiais” além do fechamento de escolas eclesiásticas e primárias. (BERTUCCI-MARTINS, 2003, p.). Destaca-se ainda que o período foi marcado pela aprovação sumária dos alunos, sendo embora, contestado pelas escolas particulares que insistiam em permanecer em pleno funcionamento, sofrendo medidas severas por parte do estado, demonstrando total descaso e despreocupação com a humanização.

A história aparenta se repetir. No surto da Gripe Espanhola, vigente a primeira república, a educação possuía um caráter de formação nacional, para reforma moral, pautada na educação cívica e nacionalista no início dos anos de 1900, com ideias liberais e positivas por meio de escolas oficiais, onde gastava-se cerca de vinte vezes mais com a defesa do que com a instrução (SAVIANI, 2019). Grupos escolares insistiam no funcionamento desigual, e desenhavam do caos trazido pela enfermidade, que ceifou vidas e desumanizou sujeitos, trazendo grandes perdas para a sociedade na época.

Por fim, muito mais que um ensaio, o presente trabalho é um esforço no sentido de colocar ao alcance o início – e necessário – debate ampliado sobre o uso difuso das TIC’s na educação, levando em consideração o sentido e os meandros da sociologia da educação. Sendo assim, deixa-nos questionamentos pertinentes: a quem servem, para que servem, qual sua utilidade, qual sua finalidade, quem irá lucrar e quem irá perder, que público irá utilizá-la de forma eficiente no processo de ensino-aprendizagem, quem dispõe de capital cultural e material para sua utilização?

Defender a TIC na educação, é compreender nosso momento, constatar a tecnologia como parte da produção da humanidade e conceber sua utilidade, contudo é preciso ampliar o debate sobre seu uso indiscriminado, que sem dúvidas estabelece problemáticas que causam fissuras importantes no processo pedagógico, principalmente na função social da educação. Do mesmo modo, em analogia, é como defender o uso de uma medicação sem saber seus efeitos colaterais, e as intenções por trás de sua fórmula. O que pode, assim, apontar para ampliações de problemas muitas vezes irreversíveis e muito mais extensos.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria. “Conselhos ao povo”: educação contra a influenza de 1918. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 23, n. 59, p. 103-117, abr. 2003.



BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996

_____. A Miséria do Mundo. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Entrevista a Yvette Delsault: sobre o espírito da pesquisa. Tempo Social, v. 17, n. 1, p. 175-210, jul. 2005.

_____. Escritos de Educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

_____. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Em Defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Educar com a Mídia: novos diálogos sobre educação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. **A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas**. Campinas, out. 2003. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/gatti.html>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua 2018: TIC – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. Rio de Janeiro: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. **Bourdieu e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SERPA BRANDÃO, Lucas Leon Vieira de. Da Educação Popular ao Bem Estar Social: panorama para superação do brasil bolsonarista. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Realize, 2019. p. 1-12.

SERPA BRANDÃO, Lucas Leon Vieira de (comp.). Coronavírus para Além da Saúde: ampliação de desigualdades, consumo e fraturas sociais. In: CASTRO, Bárbara (org.). **Pandemia da COVID-19 e Sociedade**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. (No Prelo.)

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 27-53, jan. 2006. Bimensal.